



REFLEXÕES SOBRE NATUREZA, TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE.

Márcio Estrela de Amorim¹

RESUMO

No presente artigo, apresentaremos uma breve análise sobre os conceitos de natureza, território e territorialidade. Nossa intenção é refletir sobre como as noções acerca desses conceitos foram forjadas e articuladas, desde suas concepções da Modernidade até a Pós-Modernidade. Para tanto, pautaremos-nos na produção teórica de importantes autores da Ciência Geográfica, desde os mais clássicos até os contemporâneos. Nesse caminho, buscaremos mostrar como a compreensão de tais conceitos esteve intrinsecamente relacionada aos processos políticos, econômicos, sociais e ambientais colocados em curso. Inicialmente, discorreremos sobre como a visão dicotômica entre natureza e sociedade, baseada na apropriação da natureza a partir de sua percepção como bem a ser explorado, legitimou o discurso e a prática colonizatória. Na sequência, procuraremos evidenciar como a compreensão a respeito do conceito de território desenvolveu-se permeada pela noção de posse, apropriação e poder. Por fim, veremos que, com o avanço dos estudos culturais em geografia, a dimensão cultural passou a integrar de modo estruturante a análise da identidade territorial, permitindo melhor compreensão das construções coletivas espaciais na formação das territorialidades.

Palavras-chave: natureza, território, territorialidade.

1. Introdução

A análise reflexiva sobre a evolução do pensamento científico e geográfico permite-nos identificar como conceitos balizadores desta ciência foram concebidos ao longo de sua construção e como, conseqüentemente, permearam as relações sociais até sua concepção atual.

Considerando a dinamicidade do conhecimento científico e sua utilização como base ou justificativa para ações políticas e sociais, entendemos como pertinente, neste texto, refletir sobre como as noções de natureza, território e territorialidade foram forjadas e articuladas, desde suas concepções da Modernidade até a Pós-Modernidade.

¹ Professor do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), campus Gravataí. Mestre em Geografia pela UFRGS. Doutorando em Geografia no PPGGEO/UFSM. E-mail: marcioestrela@hotmail.com

Valendo-nos da produção teórica e científica de diferentes autores, pretendemos realizar uma breve análise acerca da trajetória percorrida por esses conceitos na transição do pensamento cartesiano ao pensamento complexo e suas concepções no campo científico, em especial na Ciência Geográfica, assim como evidenciar sua apropriação como instrumento econômico, político, social e ambiental.

2. Natureza

Primeiramente, a relação sociedade – natureza foi concebida de forma dicotômica e conflitiva. O modo de apropriação e de exploração dos espaços revelou o sentimento de superioridade da humanidade em relação à natureza. Tal pensamento sustentou o modelo de exploração e de desenvolvimento adotado.

Os limites, sejam do campo científico (saberes e disciplinas), sejam do campo político (países e fronteiras), apresentam-se cada vez mais porosos, pondo em crise o pensamento moderno inventado pelos europeus, que serviu de base para a prática de exploração e de apropriação da natureza, desde o Período Colonial (GONÇALVES, 2002).

Para Gonçalves (2002, p.221),

É interessante observar que a descoberta das leis da natureza constituía-se num fundamento objetivo que legitimava a sua dominação e, deste modo, a ordem social (moderna) que daí emanava era uma ordem natural porque emanada das leis da natureza.

Podemos perceber uma imbricada relação entre o pensamento moderno e a prática colonial, cuja legitimação se deu pela desqualificação do outro – não europeu. As assimetrias estavam postas e eram construídas conforme os interesses políticos e econômicos de quem teria legitimidade para dominar. Dessa forma, o pensamento europeu colocou-se num patamar de superioridade, relegando aos demais a condição de inferior e desqualificado (GONÇALVES, 2002).

A visão dicotômica entre sociedade e natureza estava intimamente ligada a esse pensamento, fundamentando assim, uma concepção de natureza como bem a ser explorado. Para o pensamento moderno, a universalidade era obtida de modo



matemático a partir de uma visão de fragmentação e de superioridade. Com objetivo de distinção clara, o sujeito foi retirado da relação, para, assim, legitimar a dominação da natureza.

A ordem mercantil de exploração da natureza, assim como a servidão de “povos atrasados”, passa por uma transformação a partir da segunda metade do século XX. A partir da década de 1960, vemos emergir um novo regime de exploração, em que se intensificam as redes, e os limites assumem cada vez maior porosidade. Mais do que o Estado, organizações e empresas transnacionais passam a compartilhar do controle e dos ditames do processo de apropriação (DOMINGUEZ, 2010). No final do século, com a consolidação do novo modelo – globalizado e em redes –, as relações de poder sobre o espaço ganham novas configurações.

Frente a essas mudanças, vemos emergir uma nova percepção quanto à natureza. Tal conceito passou a ser tratado de forma mais ampla, como matriz de um quadro complexo, cujos agentes interagem nos diversos planos, sejam eles o político e o econômico, mas também - e em especial -, o ambiental e o social.

Surge, assim, o pensamento complexo como forma de compreender a relação sociedade – natureza. Segundo Morin (2001)

A Terra não é a adição de um planeta físico, mais a biosfera, mais a humanidade. A Terra é uma totalidade complexa física-biológica-antropológica, em que a vida é uma emergência da história da terra, e o homem uma emergência da história da vida terrestre. A relação homem natureza não pode ser vista de uma forma reducionista, nem de forma desconjunta. A humanidade é uma entidade planetária e biosférica.

3. Território

Ratzel (*apud* SOUZA, 1995, p.85), ao dizer que o solo é o único testemunho palpável e indestrutível da unidade entre o Estado e os homens, apresentou-nos uma leitura que orientou as primeiras noções sobre o conceito de território. Ratzel percebia o território associado ao Estado, enquanto os atributos materiais e naturais eram associados à palavra solo.

A ciência geográfica, historicamente, trata o conceito de território associado à ideia de natureza e de sociedade articuladas numa relação de poder. Nessa perspectiva, o território aparece fundamentalmente como um espaço definido e delimitado por e a partir dessas relações (SOUZA, 1995).

A concepção de território, como resultante da apropriação coletiva do espaço por um grupo – que normalmente aparecia associada a território nacional e nos levava a pensar no Estado como detentor do controle e gestor, passando pela ideia de soberania (CLAVAL,1999) –, começa a ser questionada frente ao processo de globalização e de relativização da hegemonia estatal na gestão dos recursos territoriais.

O pensamento pós-moderno abandonou as concepções absolutistas e universalizadoras da modernidade e buscou dar conta de abordar a multiplicidade de fatores que compõem o espaço geográfico. As certezas passam a ser questionadas frente à necessidade de novos enfoques teórico-metodológicos que deem conta de atender às múltiplas demandas impostas pela globalização (DOMINGUEZ, 2008).

Cabe considerar que a visão tradicional de territorialidade não é questionada apenas pela advento da globalização, conforme Claval (1999, p.20),

elas são profundamente afetadas pelo declínio ou pelo desmoronamento de uma parte das ideologias sobre as quais repousava nosso mundo. Os princípios sobre os quais repousavam as sociedades ocidentais perderam sua credibilidade: é isto que nos leva a dizer que vivemos a passagem para a pós-modernidade.

O território forma-se a partir do espaço, sendo resultado de uma ação conduzida intencionalmente, seja em nível concreto, seja abstrato. Ao se apropriar de um espaço, ocorre a territorialização e, nessa perspectiva, o território é um espaço onde se projetou um trabalho e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN,1993). Para Raffestin, é evidente que o território se apoia no espaço, contudo não é o espaço, é uma produção, a partir do espaço.

Conforme Bourdieu (1989, *apud* GONÇALVES 1995, p.229-230),

O território não é simplesmente uma substância que contém recursos naturais e uma população (demografia) e, assim, estão dados os elementos para constituir um Estado. O território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse



processo de apropriação – territorialização – enseja identidades – territorialidades – que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social.

Entendemos o território vinculado à ideia de poder – poder sobre o espaço e seus recursos – ou, ao menos, de pertencimento ou posse; sua materialização é evidenciada a partir de situações de oposição, choque ou conflito. O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e catalizador cultural-simbólico e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia (SOUZA, 1995).

Reconhecemos que o território, sob olhar geográfico, precisa ser pensado vinculado a uma base material – mesmo que imaginária a partir de um passado histórico ou de uma projeção futura (CLAVAL, 1999) –, assim como sua concepção não pode ser compreendida senão com referência ao universo cultural (BONNEMAISON, 2002), uma vez que relações sociais projetadas no espaço podem constituir-se em territorialidades, mesmo que transitórias ou efêmeras, revelando seus símbolos, vínculos e significados.

4. Territorialidade

Com a ampliação das linhas de investigação sobre o território nos últimos anos, observamos um ganho de força do enfoque cultural em sua análise. As representações sociais sobre e a partir das relações espaciais passam a ocupar posição central no entrelace entre cultura e território. A territorialidade, nesse aspecto, pode ser vista como uma articulação entre essas dimensões. (HEINDRICH, 2013)

O território compreende a apropriação sob os mais diferentes objetivos, muitas vezes, de ordem cultural. Dessa forma, podemos tratar territorialidades como expressões da coexistência de grupos, por vezes num mesmo espaço físico, por meio de posses expressas via modelos simbólicos.

O reconhecimento das territorialidades significa reconhecer a trama coletiva de significados e de representações historicamente construídas e socialmente adquiridas,

resultantes das particulares formas de pensar, de valorizar o espaço e de diferenciar-se de outros grupos. Essas territorialidades, portanto, apresentam-se como parte do tecido social.

Nesse sentido, Claval aponta-nos a indissociabilidade entre os problemas do território e a questão da identidade, uma vez que

[...] a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades. Uma e outra, estas categorias são produtos da cultura, em um certo momento, num certo ambiente: os dados objetivos permitiriam, no mesmo quadro, definir outras identidades e outros territórios. Como todas as construções, elas podem ser colocadas em questão, e por vezes o são - há crises identitárias que provocam frequentemente uma modificação da relação com o espaço: as transformações da realidade espacial correm o risco de provocar, ao contrário, um questionamento das construções identitárias; elas devem ser reformuladas ou reconstruídas sobre novas bases (CLAVAL, 1999, p. 16).

O território é, portanto, um espaço que acolhe e permite o desenvolvimento de uma vida social, da produção econômica, da organização política, da atuação institucional, assim como da atuação de comunidades locais a partir de seus vínculos históricos e culturais. Consiste em um sistema ativo e em permanente evolução, questionamento e simbiose entre sociedade e espaço.

Nessa perspectiva, para Raffestin “*a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral*” (1993, p.158).

Segundo Claval (1999, p.17), “*a territorialidade se exprime mais em termos de polaridade que de extensão*”, uma vez que grupos de identidades diferentes podem apresentar-se justapostos ou imbricados. Devido à ampliação dos meios e dos processos de comunicação, cada vez mais se nota a profusão de estilos de viver compartilhando o mesmo espaço e a sobreposição de territorialidades e temporalidades, permitindo, dessa maneira, a transposição das territorialidades originais (HEINDRICH, 2013).

Cabe, então, ressaltar a possível fragmentação territorial – sua descontinuidade – uma vez que, no território em rede, os fatores externos ganham

relevância na análise, na medida em que correspondem aos fatores de articulação, reforço ou alienação.

Bonneimamaison (2002) entende que a territorialidade de um grupo não pode ser reduzida ao estudo de seu sistema territorial. Na medida em que é um comportamento vivido, ela compreende, simultaneamente, uma dimensão interna e externa. Para esse autor, o espaço geográfico é a dimensão externa, móvel e possivelmente alienante, enquanto o território assume a dimensão interna, fixa e segura.

Conforme Raffestin (1993, p. 161),

A territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. [...] A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse.

À medida que o território constitui-se num espaço geográfico específico, resultado da apropriação das relações sociais que o produzem e mantêm por meio das relações de poder, temos como consequência inerente a geração de conflitos. Tais conflitos podem apresentar-se de forma material ou imaterial, pontualmente localizados ou multidimensionais.

Nitidamente, nem todos os territórios incluem-se nessa dinâmica de forma igualitária. A comunicação dos chamados territórios eficientes também potencializa a exclusão dos territórios deprimidos, produzindo uma separação cada vez maior e intensificando a descontinuidade e a fragmentação territorial, gerando e acentuando novas territorialidades de exclusão (DOMINGUEZ, 2008).

Podemos perceber que, com a dinamização do contato por meio das redes de um mundo globalizado, surgem novos atores e novas formas de apropriação, bem como a desconstrução de territorialidades. Por meio do olhar da cultura e, conseqüentemente, dos diferentes planos de criação e de manutenção das identidades, as contradições e os conflitos ganham maior intensidade, tornando-se complexos e multidimensionais, diferentemente do tempo histórico anterior; contudo, a lógica da separação e da apropriação permanecem figurando de modo considerável.

5. Conclusão

Observamos que o conceito de natureza foi apresentado sob diferentes visões ao longo do tempo, no entanto a oposição sociedade - natureza sempre apareceu de forma recorrente.

Embora na Pós-Modernidade haja ampla compreensão de pertencimento e de complementariedade entre humanidade e natureza, na prática, as políticas estatais e privadas, assim como as ações individuais, dão continuidade à ideia de apropriação e de superioridade, presentes desde a modernidade, sem comprometer-se de maneira complexa com o meio onde suas atividades são desenvolvidas. A limitação de seus impactos são, quando muito, impostas por questões legais, que resultam de longas e penosas lutas no plano político-legislativo.

A compreensão da dimensão territorial, que também partiu da ideia fragmentada entre solo/recursos e Estado/poder, evidenciou uma mudança na abordagem geográfica ao reconhecer que os lugares onde ocorrem a existência humana resultam simultaneamente da sua ação técnica e do discurso que fazem sobre ela, identificando que, além da relação material, existe uma relação simbólica (CLAVAL, 1999).

A transição para a Pós-Modernidade foi acompanhada pela percepção do território como uma base para sentimentos de identidade de diversos modos ou, conforme Heindrich, “*uma feição geográfica, uma expressão da ação e da representação (...) cujas representações sociais e culturais são essenciais para a compreensão das territorialidades humanas*” (2013, p. 55-56).

Nessa linha, compreendemos que a abordagem cultural dada pela geografia está inserida nesse contexto de transição do pensamento científico, apresentando-se como um caminho no sentido da análise complexa.

A congruência na análise dos conceitos explorados apresenta-se, assim, como chave para a compreensão do mosaico de processos que colocaram em crise o mundo moderno-colonial, uma vez que essas noções estão historicamente ligadas a esse mundo e ao modelo que dele adveio.

Essa separação não fica restrita à relação sociedade – natureza. Há também a fragmentação do conhecimento, separando as partes do todo, comprometendo o



entendimento da visão do todo como sistema complexo. Contudo, entendemos como necessário que a ciência e, no nosso caso, a Geografia, assuma o papel de superar a fragmentação do conhecimento por meio de uma abordagem que transcenda o pensamento moderno, buscando ampla e plena compreensão da realidade, por intermédio da produção de saberes que possibilitem a mudança de atitudes e a transformação consciente do espaço geográfico.

6. Bibliografia

BONNEMAISON, Joel. **Viagem em torno do território.** In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Geografia Cultural: um século (3). UDERJ:RJ, 2002, p. 83-131

CLAVAL, Paul. **O território na transição da pós-modernidade,** In: Geographia, vol 1, no2, 1999, P. 7-26.

DOMINGUEZ, ANA. **Las diversas escalas en el análisis territorial: Desde la geopolítica hasta el desarrollo local.** IN: DOMINGUEZ, A.; PESCE, F. (coords). Lecturas y Análisis Desde La(s) Geografía(s). Administración Nacional de Educación Pública. Montevideo, 2010. pp 107-115.

_____. **Los procesos de globalización y su incidencia en las configuraciones territoriales urbanas y rurales.** En: Anales del IPA. Año No 3. IPA. Montevideo, 2008. pp 165-174.

GONÇALVES, Carlos Walter P. **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades.** In A.E. Ceceña y E. Sader (comps): La guerra infinita: Hegemonia y terror mundial. Buenos Aires CLACSO, 2002. PP. 217-256.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Território e cultura: argumento para uma produção de sentido.** In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z. (Orgs.) Maneiras de Ler Geografia e Cultura. – Porto Alegre : Imprensa Livre : Compasso Lugar Cultura, 2013. pp. 52-61

MOREIRA, R.. **O que é Geografia.** São Paulo: Brasiliense, 1989.



XXXV ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA “A
DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA DA
DIVERSIDADE NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO
XXI” Erechim-RS, 12 a 14 de outubro de 2018

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-feita**. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. e CORRÊA. R. L. (orgs.). **Geografia Conceitos e Temas** (Pág 77-116). Rio de Janeiro: Editora Hucitec/Editora Bertrand Brasil. S.A., 1995.

Realização:

